



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Economia e Relações Internacionais
Diretoria do Instituto de Economia e Relações Internacionais
Comissão de Seleção para Admissão de Professores Efetivos do
IERI 1

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J, Sala 241 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG,
CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4327/4157 - ieri@ufu.br



COMUNICADO

Espelho de Correção da Prova Didática - Edital PROGEP Nº 11/2026

A Comissão Julgadora torna público o espelho de correção da Prova Didática do Concurso Público para contratação de professor efetivo da Unidade Acadêmica - IERI, área: Relações Internacionais, subárea: Segurança Internacional.

TEMA SORTEADO: A Economia Política da Construção da Paz.

O que deveria ser abordado na dissertação do(a) candidato(a) para a obtenção da nota máxima:

1. Conformidade com os itens 1 e 2 da tabela constante no ponto 4.6 do Edital complementar ao Edital PROGEP nº 17/2026, referentes aos critérios de Correção da linguagem e Tempo de apresentação, exigidos na etapa da prova didática;
2. Pontos referentes ao conteúdo teórico-conceitual que deveriam ser apresentados e aprofundados para a resposta:

1. Introdução

Contextualizar a economia política da construção da paz como uma agenda de análise que emerge da aproximação entre segurança e desenvolvimento no pós-Guerra Fria e da consolidação do peacebuilding como prática central da governança internacional sobre sociedades afetadas por conflitos. Deve estabelecer a problematização de que a paz não constitui apenas cessação da violência armada, mas também processo de reorganização de recursos, instituições, mercados, formas de autoridade e relações de poder, razão pela qual sua análise exige uma perspectiva de economia política.

Pontos-chave a incluir:

- Fortalecimento do nexos segurança-desenvolvimento após o fim da Guerra Fria.
- Consolidação da paz liberal como paradigma dominante da reconstrução pós-conflito.
- Transformação de economias de guerra em economias de paz como objetivo central do peacebuilding.
- Necessidade de analisar criticamente os efeitos distributivos, institucionais e políticos das intervenções internacionais.

2. Contextualização geral: segurança, desenvolvimento e paz liberal

Situar o debate no contexto pós-Guerra Fria, quando houve ampliação da liberdade de ação de atores internacionais em conflitos armados e fortalecimento de agendas que articulam proteção, reconstrução, desenvolvimento e intervenção. Deve indicar que o complexo segurança-desenvolvimento passou a operar com dois pressupostos centrais: a paz proporciona desenvolvimento e o desenvolvimento proporciona paz, de modo que pobreza, fragilidade institucional e subdesenvolvimento passaram a ser lidos como problemas de segurança.

É esperado mencionar a consolidação da paz liberal como modelo hegemônico, com ênfase em democracia representativa, estado de direito, construção institucional, reforma do setor de segurança e economia de mercado. Também deve aparecer a noção de que esse modelo não é neutro, mas expressa um projeto político internacional de reorganização de sociedades pós-conflito segundo parâmetros liberais e, frequentemente, neoliberais.

Pontos-chave a incluir:

- Pós-Guerra Fria como ambiente de expansão do peacebuilding.
- Articulação entre agendas de segurança e desenvolvimento.
- Centralidade da paz liberal e de seus dispositivos institucionais e econômicos.
- Papel de doadores, instituições financeiras internacionais, agências multilaterais, ONGs e missões internacionais.

3. Economias de guerra e economias de paz

Definir economias de guerra não como simples descrição do funcionamento da economia em cenários bélicos, mas como relações econômicas, transações e redes que causam, sustentam, prolongam ou se beneficiam da violência política organizada. Deve indicar a diversidade de commodities, circuitos e atores envolvidos, incluindo grupos rebeldes, organizações criminosas, agentes estatais, elites políticas, corporações, redes transnacionais e até a manipulação da própria ajuda internacional. A abordagem deve distinguir economias de guerra e economias de paz, bem como mostrar que a passagem entre ambas não é automática, técnica ou linear. Espera-se a compreensão de que a transformação exige mudanças qualitativas nos padrões de interação econômica, de modo que estes deixem de depender da violência direta e, idealmente, também de formas estruturais de injustiça. No caso da obra de Jenny Peterson, espera-se referência à distinção entre economia de paz negativa e economia de paz positiva, bem como à ideia de transformação como processo contínuo, disputado e não facilmente mensurável em termos puramente quantitativos.

Pontos-chave a incluir:

- Definição de economias de guerra.
- Distinção entre economia de guerra e economia de paz.
- Transformação como objetivo central da construção da paz.
- Escala entre paz negativa e paz positiva na discussão de Peterson.

4. Críticas à construção liberal da paz e à complexo industrial segurança-

desenvolvimento

Apresentar criticamente os limites da abordagem liberal dominante. Espera-se que a indicação de que a reconstrução pós-conflito é frequentemente tratada de maneira tecnocrática, despolitizada e centrada em soluções padronizadas, como estabilização macroeconômica, liberalização econômica, privatização, medidas anticorrupção, transparência e reforma institucional acelerada. Deve mencionar que essas prescrições costumam refletir preferências dos atores orientadores do complexo segurança-desenvolvimento, e não necessariamente as prioridades das sociedades afetadas. Particularmente com base em Peterson, deve-se mencionar o complexo industrial segurança-desenvolvimento como rede de atores que formula e implementa programas de peacebuilding, distinguindo atores orientadores e atores operacionais. Espera-se ainda a crítica de que esse aparato tende a operar a partir de modelos simplificados, frequentemente incapazes de captar a densidade histórica, política e social das economias de guerra.

Também devem ser discutidos os efeitos contraditórios da ajuda internacional: curta temporalidade, baixa apropriação local, concentração de recursos conforme interesses dos doadores, uso extensivo de consultores internacionais, atuação paralela ao Estado, inflação de salários, distorção de mercados locais, concentração de renda nas capitais e dependência externa. O chamado paradoxo da ajuda deve ser mencionado como mecanismo que mina a capacidade institucional local em vez de fortalecê-la. Na dimensão crítica mais ampla, espera-se referência ao argumento de que a paz liberal privilegia bens privados sobre bens públicos, subordina proteção social e bem-estar a imperativos de mercado e pode produzir pazes excludentes, desiguais ou socialmente violentas.

Pontos-chave a incluir:

- Crítica à tecnocratização e despolitização do peacebuilding.
- Papel do complexo industrial segurança-desenvolvimento.
- Distinção entre atores orientadores e operacionais.
- Efeitos contraditórios da ajuda internacional e paradoxo da ajuda.
- Crítica à primazia de reformas neoliberais e de mercado.

5. Políticas, instrumentos e dilemas da transformação

A abordagem pode mencionar, de forma articulada, os principais instrumentos empregados na transformação de economias de guerra, como erradicação de commodities, militarização do combate a economias ilícitas, privatizações, programas anticorrupção, transparência, sanções, naming and shaming, esquemas de compartilhamento de recursos, alternativas de meios de subsistência, Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) e Reforma do Setor de Segurança (RSS). O mais importante, porém, é mostrar que tais instrumentos produzem resultados ambíguos e podem inclusive reproduzir violência, exclusão, contrabando, concentração de riqueza ou legitimação de antigas elites de guerra.

No caso das privatizações, deve aparecer a crítica de que podem enriquecer elites e legalizar espólios adquiridos durante o conflito. Em relação às sanções, deve-se reconhecer tanto seu potencial de constrangimento quanto seus efeitos perversos, como o estímulo ao contrabando e ao fortalecimento de atores mais bem posicionados em circuitos ilícitos. Em relação à RSS e DDR, deve-se perceber que não se trata apenas de técnicas de engenharia institucional, mas de processos politicamente carregados, com fortes implicações distributivas e de legitimidade.

6. Abordagem de casos - articulação entre teoria e empiria

A apresentação e desenvolvimento conceitual é fundamental, mas por se tratar de uma prova didática, direcionada a público diversificado do ensino superior, espera-se do(a) candidato(a) a aplicação clara e aprofundada dos referenciais teóricos a algum caso, ou casos, de maneira a deixar evidente a conexão entre teoria e empiria.

7. Conclusão

Deve sintetizar que a economia política da construção da paz permite compreender a paz não como simples ausência de guerra, mas como reordenação de relações de poder, recursos, mercados e instituições. A conclusão deve indicar que o peacebuilding liberal, embora hegemônico, produz contradições importantes: despolitiza conflitos, universaliza soluções institucionais e econômicas e pode reproduzir dependência, desigualdade e novas formas de violência. Também deve apontar que uma abordagem mais consistente exige considerar a historicidade das economias de guerra, seus vínculos transnacionais, seus efeitos distributivos e a centralidade das dinâmicas locais, sem perder de vista os condicionantes estruturais globais.

Bibliografia

PETERSON, Jenny H. *Building a Peace Economy? Liberal Peacebuilding and the Development-Security Industry*. Manchester: Manchester University Press, 2014.

DUFFIELD, Mark. *Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security*. London: Zed Books, 2001.

BERDAL, Mats; SHERMAN, Jake (eds.). *The Political Economy of Civil War and UN Peace Operations*. London: Routledge, 2023.

PUGH, Michael; COOPER, Neil; TURNER, Mandy (eds.). *Whose Peace? Critical Perspectives on the Political Economy of Peacebuilding*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

EDSON JOSE NEVES JUNIOR

Presidente da Comissão Julgadora do Edital 11/2026 – IERI,
Portaria de Pessoal UFU Nº 1280, de 11 de março de 2026



Documento assinado eletronicamente por **Edson José Neves Junior, Presidente**, em 11/05/2026, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7302120** e o código CRC **2AF68E05**.